

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO/SERVIÇO****1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Aquisição de Camisas de Uniforme Modelo Polo (Unisex) para atender 100% dos Servidores da Secretaria Municipal de Educação, visando à correta identificação, a personalização do profissional, a vestimenta e asseios adequados que conferem ar de unidade, coerência, integração e organização do ambiente escolar do Município de Nova Friburgo, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Educação;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e incisos I e II do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal;
1.4	Prazo:	01 (um) ano;
1.5	Tipo:	Menor preço global, nos termos do art. 40, II e § 3º III da Lei 14.133/2021;

1.6. Aquisição/Serviço de Camisas de Uniforme Modelo Polo (Unisex) para atender 100% dos Servidores da Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Friburgo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	TAMANHO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	614134	CAMISA POLO UNISSEX PARA SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO AS PEÇAS DEVERÃO SER DE 1ª QUALIDADE (NOS PADRÕES ABNT), COSTURADA 100% COM MÁQUINA OVERLOCKE COM REFORÇO NA GOLA, PESCOÇO E PEITILHO. AS PEÇAS DEVERÃO SER EMBALADAS SEPARADAMENTE EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES TRANSPARENTES E VEDADO COM FITA	P	UNIDADE	881

02	<p>ADESIVA TRANSPARENTE.</p> <p>AS PEÇAS DEVERÃO ESTAR ISENTAS DE QUAISQUER DEFEITOS QUE COMPROMETAM A SUA APRESENTAÇÃO.</p> <p>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CONFECCIONADA NA COR AZUL MARINHO PANTONE 276 C - CONFECCIONADA EM MALHA PIQUET 50% ALGODÃO, 50% POLIESTER, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 190G/M². 	M	2477
03	<ul style="list-style-type: none"> - COMPOSIÇÃO DA MALHA PIQUET: 50% ALGODÃO, 50% POLIESTER, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 190G/M². - MALHA BASE: PIQUET 50% ALGODÃO, 50% POLIESTER, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 190G/M², NA COR AZUL MARINHO – PANTONE 276 C. - REFORÇO NA GOLA, PEITILHO E PESCOÇO NA MESMA MALHA E COR DO CORPO DA CAMISA. - VIÉS DE ACABAMENTO DE APROXIMADAMENTE 2 CM. 	G	2405
04	<ul style="list-style-type: none"> - GOLA E ACABAMENTOS DAS MANGAS (PUNHOS) CONFECCIONADAS EM MALHA RIBANA COMPOSIÇÃO: 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO, GRAMATURA: 210G/MT²). PEITILHO COM 02 (DOIS) BOTÕES Nº18 NA COR AZUL MARINHO PANTONE APROXIMADO 276 C - MAGAS CURTAS CONFECCIONADAS EM TECIDO MALHA PIQUET 50% ALGODÃO, 50% POLIESTER COM ACABAMENTO EM MALHA RIBANA COMPOSIÇÃO: 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO, GRAMATURA: 210G/MT²) NA COR AZUL MARINHO PANTONE APROXIMADO 276 C, COM LARGURA DE 2 CM. - A TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO NA GRAMATURA DO TECIDO É DE 5%. 	GG	1058
05	<ul style="list-style-type: none"> - DEVERÁ CONTAR NA PARTE INTERNA UMA ETIQUETA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, NA COR BRANCA, COM OS CARACTERES TIPOGRÁFICOS DOS INDICATIVOS, NA COR PRETA, DEVENDO SER UNIFORMES E INFORMAR A RAZÃO SOCIAL, CNPJ, COMPOSIÇÃO DO TECIDO, SÍMBOLOS DE LAVAGEM E TAMANHO. - A ARTE COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO NA ALTURA DO PEITO CENTRALIZADO, COM APROXIMADAMENTE 35 CM PELO SISTEMA SILK SCREEN, DIRETAMENTE SOBRE O TECIDO, DEVEM SER DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CORES FIRMES, QUE NÃO DESBOTAM E NÃO APRESENTEM MANCHAS, MESMO APÓS SUCESSIVAS LAVAGENS. 	XG	377
06	<ul style="list-style-type: none"> - BRASÃO: 8CM COM 6 CORES - FAIXA: AMARELA COM 1 CM - FAIXA AZUL CELESTE COM 4 CM - DIZERES: NOVA FRIBURGO / EDUCAÇÃO (FONTE: EBRIMA EM NEGRITO, COR BRANCA, APROXIMADAMENTE 2CM). - A ARTE SERÁ FORNECIDA DE FORMA DIGITAL Á EMPRESA VENCEDORA. <p>NO INTUITO DE LICITARMOS MATERIAL DE 1ª QUALIDADE, SERÁ IMPRESCINDÍVEL A APRESENTAÇÃO DE LAUDOS TÊXTEIS PARA COMPROVAR A QUALIDADE DO MATERIAL LICITADO (TOLERÂNCIA, GRAMATURA, TINTURA, ETC.)</p>	XXG	218

1.7. Para fabricação de Uniformes são impostos alguns requisitos para comprovação da qualidade, fabricação e um padrão mínimo de qualidade, tendo em vista a sua durabilidade.

Diante disso, para assegurar êxito e melhor instruir o processo, a descrição de produto é fundamental no processo de comprar, uma vez que apresenta as características básicas do bem que se pretende adquirir, dentro dos padrões de qualidade desejada e na forma mais vantajosa para a Administração Pública. Para tal, será indispensável à apresentação das amostras físicas de cada tamanho licitado. Todo material, bem como seus componentes e laudos exigidos, deverão ser novos e dentro das regulamentações e normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, comprovadas pela apresentação de relatório de laudos e ensaios emitido por laboratório detentor de Certificado do INMETRO, atendendo a todas as especificações que constam no Termo de Referência, entregues em perfeito estado, sem defeitos, sem indícios de umidade, sem inadequação de conteúdo a fim de garantir sua integridade.

1.8. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.9. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 21.871/2023.

1.10. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84, caput, da lei 14.133/2021;

1.11. Todas as especificações técnicas constantes no presente Termo de Referência são mínimas, podendo a empresa oferecer material superior na vigência do contrato, que será decorrente de atas de registro de preços e terão sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas nos termos do capítulo V da lei 14.133/2021;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº. 14.133/2021).

2.1. A presente aquisição visa à identificação, a personalização do profissional, a vestimenta e asseios adequados que conferem ar de unidade, coerência, integração e organização do ambiente de trabalho. A padronização e uniformização dos servidores em seus locais de trabalho demonstram o cuidado que o Município de

Nova Friburgo, por meio da Secretaria de Educação dispensa à boa ordem e ao bom desempenho de seus profissionais.

2.2. Essa aquisição tem o fito de constituir uma forma de identificação dos servidores, estimulando um ambiente de trabalho harmonioso e estável.

- **META:** Distribuir 2 Camisas Modelo Polo para 100% dos servidores da Rede Municipal de Ensino de Nova Friburgo.

2.3. Diante da análise desenvolvida no presente instrumento, conclui-se que a solução apresentada mostra-se a mais eficaz em termos de disponibilidade de mercado e economicidade, considerando a forma que a Administração Pública vem realizando contratações nesse viés. É possível verificar a variedade de fornecedores para o fornecimento do objeto estudado, assim como é possível ter uma clara visão do preço de mercado praticado. O modo de contratação também mostra-se eficaz, obedecendo as diretrizes da Lei 14.133/2021, utilizando a modalidade de licitação Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento “**menor preço global**”, através do Sistema de Registro de Preços, o que trás economicidade para a Administração Pública, uma vez que a aquisição fica a critério do Poder Público, de forma discricionária, considerando a mudança da situação fática da demanda, ainda que haja uma estimativa de necessidade.

2.4. Observa-se que o presente instrumento respalda-se no quantitativo de servidores informados pelos diretores da cada Unidade Escolar e do Núcleo Central através do LINK que foi devidamente preenchido e encaminhado para Secretaria Municipal de Educação.

2.5. Com base nas informações apresentadas, montamos o quantitativo necessário para a demanda da Rede Municipal de Educação, dando origem ao processo licitatório que atenderá 100% dos servidores e também os novos oriundos do Último Concurso Público realizado pela municipalidade. Para tal, acrescentamos 20% para todos os tamanhos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A solução que melhor atende a Administração Pública Municipal para aquisição das Camisas Modelo Polo (Unisex) é através de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico para registro de preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e incisos I e II do Decreto Federal nº 11.462/2023;

3.2. Conforme o artigo 3º, incisos I e II deste decreto, justifica-se a utilização do Registro de Preços:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou freqüentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

3.3. Este tipo de contratação vem sendo praticada nos mesmos moldes em todo o território nacional. Além de diversas contratações similares, foram identificados diversos fornecedores capazes de atender a demanda da Administração Pública, caracterizando, assim, como a melhor solução e mais viável para o objeto em questão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A presente aquisição deverá ser atendida com um padrão mínimo de qualidade e durabilidade. Para tal, será indispensável à apresentação das amostras físicas de cada tamanho licitado. Todo material, bem como seus componentes e laudos exigidos, deverão ser novos e dentro das regulamentações e normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, comprovadas pela apresentação de relatório de laudos e ensaios emitido por laboratório detentor de Certificado do INMETRO, atendendo a todas as especificações que constam no Termo de Referência, entregues em perfeito estado, sem defeitos, sem indícios de umidade, sem inadequação de conteúdo a fim de garantir sua integridade.

4.2. Nas normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no âmbito do Comitê Brasileiro de Têxteis e do Vestuário (ABNT/CB-017), confeccionistas encontram informações que conduzem à produção de artigos com qualidade, conforto, resistência e durabilidade. No mercado, essas características tornam-se

diferenciais competitivos e atendem às melhores expectativas do consumidor. Destaca-se ainda o aspecto da segurança, evitando que aviamentos e acessórios ofereçam riscos aos usuários. Não por acaso, normas da ABNT são recomendadas pelo Laboratório de Tecnologia Têxtil do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) no “Manual de especificações técnicas para uniformes”.

No intuito de licitarmos material de 1ª qualidade, será imprescindível a apresentação de laudos têxteis para comprovar a qualidade do material licitado (tolerância, gramatura, tintura, etc.)

As orientações do Manual são destinadas a fornecedores, instituições de ensino da rede pública ou particular, prefeituras e governos, de forma a estabelecerem parâmetros de qualidade para a produção e aquisição de peças do vestuário.

4.3. Base da publicação:

ABNT NBR 14307/1999 - Material Têxtil - Tecido plano para camisas esporte e social - Medidas/Tamanhos - Requisitos de Desempenho e Segurança, envolvendo solidez da cor, resistência à tração, esgarçamento da costura, entre outros.



Femininas

TAMANHO	CINTURA	ALTURA (COM BARRA)	MANGA
PP	40	55	16
P	43	57	16,5
M	46	59	17
G	49	61	17,5
GG	51	63	18
XGG	54	65	18,5
XXGG	57	67	19

Masculinas

TAMANHO	CINTURA	ALTURA (COM BARRA)	MANGA
PP	45	68,5	22
P	48	69	22,5
M	51	69,5	23
G	54	70	23,5
GG	57	71	24
XGG	60	72	24,5
XXGG	63	73	25

Medidas em centímetros

Obs.: Quando tirar a medida no corpo, considerar uma folga para que a camisa não fique colada ao corpo.

*** Somente ilustrativa**

4.4. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.4.1. Sustentabilidade:

4.4.1.1. A aquisição deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, destacando, entre outros, os seguintes critérios e práticas sustentáveis: baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo, e água, maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia elétrica e maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra (art. 4º, I, III, e V do Decreto nº 7.746/2012):

- a) Na execução do objeto contratual, deverão adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;
- b) Observar os requisitos ambientais para certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Os materiais a serem adquiridos devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens individuais adequadas, com utilização de materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- d) Considerando todas as fases do ciclo de vida dos produtos citados, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

- 1. Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados

em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4. Para Atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, deverá ser observado o Anexo I da IN 13/2021 IBAMA, consolidado pela IN 6/2022. As pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.1. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981

4.4.1.2. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.4.1.3. Nas 272 normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no âmbito do Comitê Brasileiro de Têxteis e do Vestuário (ABNT/CB-017), confeccionistas encontram informações que conduzem à produção de artigos com qualidade, conforto, resistência e durabilidade. No mercado, essas características tornam-se diferenciais competitivos e atendem às melhores expectativas do consumidor.

4.4.1.4. Pela requisição da unidade requisitante, na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.4.1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.5. DA EXIGÊNCIA E APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA:

No intuito de adquirirmos material de 1ª qualidade, oriundos de fontes renováveis/sustentáveis e que não agredam o meio ambiente e seus usuários, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar amostras e seus respectivos certificados e laudos de todos os tamanhos para comprovar a qualidade e tamanho dos materiais licitados.

- a) Antes da adjudicação, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar amostras físicas de cada tamanho dos produtos ofertados, a fim de garantir sua qualidade;
- b) As amostras serão avaliadas de acordo com as especificações do Termo de Referência pelo Coordenador do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação;
- c) As amostras deverão ser encaminhadas no período a ser indicado pela Comissão de Licitação e deverão estar devidamente identificadas contendo as informações quanto às características (fabricante, certificado, data de fabricação, composição, etc.), bem como os laudos;
- d) Será indispensável na apresentação das amostras o serviço de Personalização para avaliação do serviço de Silk Screen **para cada tamanho**;
- e) A arte com o brasão do Município de Nova Friburgo será estampado na altura do peito, com aproximadamente 35 cm, centralizado, diretamente sobre o tecido, conforme modelo em anexo;
- f) O prazo para apresentação das amostras será de 10 (dez) dias. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública;
- g) A área técnica comunicará ao Pregoeiro se as amostras foram aprovadas ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;
- h) O licitante deverá retirar as referidas amostras, caso não sejam aprovadas, no prazo de 02 (dois) dias, após a divulgação do resultado. Caso isto não ocorra, os produtos serão incorporados ao Almoxarifado.

- i) Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes, sem ônus.
- j) É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;
- l) No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;
- m) Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. É indispensável que todo produto licitado atenda às especificações técnicas e recomendações das normas vigentes específicas. Todo acabamento deve ser isento de buracos, rebarbas, pontas, etc.

- a) A entrega do objeto será efetuada por Registro de Preços, atendendo ao pedido e a necessidade da Administração Pública, através do responsável pelo setor correspondente, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da(s) Nota(s) de Empenho(s).
- b) A empresa vencedora deverá realizar a entrega do produto, substituir os que estiverem em inconformidade com o requisitado, sem ônus para Administração, em prazo especificado no Termo de Referência.
- c) As solicitações deverão ser atendidas nos prazos estipulados;
- d) O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, autorização de fornecimento ou documento equivalente;
- e) Os produtos serão recebidos no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação (Endereço, telefone, referência e horário/dias de funcionamento a baixo) no local indicado pelo responsável do Almoxarifado.

Secretaria requisitante: Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação

Rua: Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D'Antas -
Nova Friburgo - RJ - Cep: 28630220

Endereço: **Tel:** (22) 2529-3388

Ref: Estrada Friburgo - Teresópolis, km 3, subida em frente ao
restaurante Toca da Raposa e a fábrica de tubos Santa Paula.

Horário de entrega e das 07h30min às 14h30min - de segunda a quinta-feira
descarga: (impreterivelmente).

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, juntamente com a nota fiscal pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo detalhado;

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos do artigo 140, § 2º da Lei 14.133/2021;

5.8 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021):

5.8.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

5.8.2 A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

5.8.3 A garantia abrange a realização da manutenção e/ou troca dos bens pelo próprio Contratado;

5.8.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a troca dos bens quando necessárias;

5.8.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser corrigidas e/ou substituídas por outras novas, de primeiro uso, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação;

5.8.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pelo Contratado;

5.8.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante;

5.8.8 Decorrido o prazo para reparos e/ou substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda;

5.8.9 O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado;

5.8.10 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades

em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);
- 6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);
- 6.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);
- 6.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);
- 6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);
- 6.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);
- 6.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º)
- 6.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.10. Será exigida a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

6.11. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21;

6.12. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto;

6.13. O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.14. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.15. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.16. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.17. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.17.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da contratação licitada;

6.17.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.17.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.17.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A (s) Nota (s) Fiscal (is) deverá ser emitida em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

CNPJ: 28.606.630/0001-23

ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO – RJ

CEP: 28613-001.

7.2. Da liquidação da despesa:

7.2.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.2.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3. Do pagamento da despesa:

7.3.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.3.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, com fundamento na hipótese do art. 40, art. 40, inciso II e § 3º III da Lei 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de (menor preço global).

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;



8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

- a) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- b) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- c) A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- d) O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- e) Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- f) É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- g) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- h) Se o fornecedor for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade

técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

i) Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.3. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.3.1. Habilitação Jurídica:

a) Pessoa física: Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; OU

b) Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; OU

c) Micro empreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; OU

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

e) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: Decreto de autorização para funcionamento no Brasil; OU

f) Sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou

empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.3.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



- d)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f)** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g)** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h)** O fornecedor enquadrado como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5. Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

8.6. As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

8.7. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

8.8. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

8.9. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1. Da Contratada:

- a)** Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b)** Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c)** Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d)** Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e)** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f)** Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;



- g)** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h)** Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i)** A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j)** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k)** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l)** Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m)** Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2. Da Contratante:

- a)** Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b)** Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 - fraudar a licitação

10.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 - advertência;

10.2.2 - multa;

10.2.3 - impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2 - as peculiaridades do caso concreto

10.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

10.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado

10.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de pro-

posta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1. A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº

2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação, previstos no presente Termo de Referência, correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

12.1.1. **Órgão/Unidade Orçamentária:** Secretaria Municipal de Educação

PROGRAMA DE TRABALHO:	CÓDIGO DE DESPESA:	FONTE:
22001.0412200472.125	339030-07	1500000000000
22002.1236100572.146		150010010000
22003.1236500672.165		
22004.1236500762.182		
22002.1236700592.152		
22002.1236600602.153		1500000000000
22005.1236300012.263		

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 18 de março de 2024.

ELABORADOR**APOIO TÉCNICO:**



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 21.871/2023

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Caroline Pinheiro Gallo

Matrícula nº. 063.362

Miguel Ângelo Bueno Fernandes

Matrícula nº. 116.275

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein

Secretária Municipal de Educação

Matrícula nº. 990.953

MODELO DA CAMISA POLO UNISSEX PERSONALIZADA:

